



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Imprensa Municipal

Estado da Paraíba

Brasil

Criado pela Lei Municipal n° 002/2001 de 13 de janeiro de 2001

Atos do Poder Executivo.

Barra de São Miguel – PB, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025.

LEI MUNICIPAL N° 0362/2025.

Barra de São Miguel – Paraíba, 25 de Novembro de 2025.

***“DISPÕE SOBRE O CONTROLE
POPULACIONAL ANIMAL, BEM
ESTAR, POSSE RESPONSÁVEL E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.***

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL, ESTADO DA PARAÍBA, o Senhor **JOÃO PAULO FRANÇA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as leis específicas, **faz saber** que a Câmara de Vereadores do Município de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba, **Aprovou e Eu Sanciono** a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o bem-estar, controle populacional animal e posse responsável, no âmbito Municipal, especialmente de cães e gatos abandonados e em situação de maus tratos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos.

Art. 2º - É de competência do Município, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, com a participação e responsabilidade da Sociedade a execução e cumprimento das ações mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º - Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente pelas categorias de animais nela definidas.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Maus Tratos: toda e qualquer ação voltada contra os animais, que implique crueldade, especialmente na ausência de abrigo, cuidados veterinários, alimentação necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos ou enfermos, submissão a experiências pseudo-científicas e o que mais dispõe a legislação federal, estadual e municipal;

II - Condições Inadequadas: a manutenção de animais em contato direto ou indireto, com outros animais agressivos e/ou portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas a sua espécie ou porte, ou aqueles que permitam a proliferação de animais sinantrópicos;

JOAO PAULO
FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO PAULO
FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:20:12 -03'00'

III – Animais Abandonados: aqueles cães e gatos soltos nas ruas sem proprietários definidos.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º - A política de bem-estar e controle populacional animal do Município, tem como base os seguintes princípios:

- I - A proteção animal e seu controle populacional sustentável;
- II - A responsabilidade compartilhada entre Poderes Públicos Instituídos e a Sociedade Civil Organizada no alcance dos objetivos de que trata esta lei;
- III - A posse responsável;
- IV - A adoção de métodos, técnicas, tecnologias e processos que observem o bem-estar e dignidade animal;
- V - A articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos animais;
- VI - A qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da cidade.

CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS

Art. 6º - Constituem objetivos básicos das ações de bem-estar animal e seu controle populacional no Município:

- I - Promover a qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento sustentável da cidade, por meio do controle populacional de animais abandonados, em situação de maus tratos, quando neste caso, identificados ou não seus proprietários;
- II – Preservar a saúde e o Bem-estar animal pela adoção de ações que exijam dos proprietários a posse responsável;
- III - Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos dos animais, causado por doenças, abandono e maus tratos.

TÍTULO II DO CONTROLE POPULACIONAL ANIMAL

CAPÍTULO ÚNICO DAS CAMPANHAS ANUAIS DE ESTERILIZAÇÃO

Art. 7º - Serão desenvolvidas no Município, campanhas de esterilização visando o controle populacional de cães e gatos, de acordo com as normas a serem expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

JOAO PAULO
FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO PAULO
FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:20:26 -03'00'

§ 1º Estabelecer-se-á preferência à esterilização de animais abandonados atendidos por associações de proteção animal regularmente constituídas e que atuem no Município, bem como de animais pertencentes a pessoas de baixa renda.

§ 2º A esterilização contemplará também a realização de procedimentos de vacinação e vermifugação, a serem definidos em regulamento posterior.

§ 3º Como Barra de São Miguel/PB não dispõe de estabelecimentos veterinários, as esterilizações serão realizadas em local apropriado designado pela vigilância Sanitária em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º - O Médico responsável pela cirurgia de esterilização deverá fornecer ao proprietário instruções padronizadas sobre o pós-operatório e, se entender necessário, em receituário próprio, a medicação que entender conveniente, marcando data para avaliações ou outros procedimentos posteriores.

§ 1º O médico veterinário responsável pela cirurgia de esterilização deverá fornecer ao proprietário comprovante de castração, que será feito em formulário fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Órgão Sanitário Competente, contendo os seguintes dados:

- a) Identificação completa do animal;
- b) Identificação do proprietário;
- c) Identificação do médico veterinário e endereço da clínica, hospital ou consultório veterinário onde se realizou a cirurgia de esterilização;
- d) O valor cobrado.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Saúde, deverá desenvolver campanhas com o intuito de orientar os proprietários de animais sobre a propriedade responsável.

TÍTULO III DA POSSE RESPONSÁVEL

CAPÍTULO I DAS RESPONSABILIDADES E CONSEQUÊNCIAS

Art. 10 - Constitui responsabilidade dos proprietários:

- I - Manter os animais em boas condições de alojamento, higiene, alimentação, saúde e bem-estar, procedendo à vacinação, vermifugação e acompanhamento veterinário, devidamente documentados;
- II - Adotar todas as providências pertinentes à remoção de dejetos que os animais espalhem ou deixem cair nas vias públicas;
- III - Trazer os animais em condições de segurança de forma a prevenir quanto à possibilidade de agressão aos transeuntes nas vias públicas ou em qualquer outro local de fácil acesso ao público;
- IV - Dar destinação adequada ao cadáver animal, por ocasião de sua morte;

JOAO PAULO
FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO
PAULO FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:20:39 -03'00'

V – Castrar o animal macho ou fêmea sempre que indicado, visando controlar as crias indesejadas e evitar a proliferação de animais abandonados nas ruas, além de prevenir doenças futuras como câncer e tumores.

§ 1º - Por condição de segurança deve-se entender:

- a) A manutenção de portões fechados e devidamente trancados;
- b) A existência de muros com altura suficiente para impedir que os animais os transponham e venham a atacar as pessoas aquém de suas divisas;
- c) A colocação de grades com espaçamentos suficientemente reduzidos para que impeça aos animais ultrapassá-las e se disponham a atacar as pessoas fora de seus limites.

§ 2º - Os atos danosos causados pelos animais são da inteira responsabilidade de seus proprietários, mesmo quando o dano ocorrer sob a guarda de preposto.

Art. 11 - É proibido aos proprietários:

- I - Submeter os animais a qualquer tipo de maus tratos, inclusive o abandono;
- II - Promover, realizar, estimular ou participar de lutas de animais de qualquer espécie.

Art. 12 - É obrigatória a colocação de placas visíveis e de fácil leitura nos portões de entrada de residências, estabelecimentos comerciais, industriais, locais de lazer, onde existam cães bravios ou com algum potencial de agressividade para indicação e prevenção em relação a esses animais.

Art. 13 - Sem prejuízo de sanções específicas previstas nesta Lei ou de outras de natureza civil e penal, o descumprimento das disposições contidas neste Título III sujeita o infrator à aplicação alternativa ou acumulada das seguintes penalidades:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) de acordo com a gravidade da infração praticada, em ato devidamente fundamentado pela autoridade responsável.

Art. 14 - É proibido o abandono de cães e gatos e quaisquer outras espécies como bovinos, equinos, caprinos, ovinos e etc. em qualquer logradouro ou área pública ou privada e, uma vez identificado, o proprietário ou possuidor ser-lhe-á aplicada multa de ½ (meio) salário mínimo por animal.

CAPÍTULO II

DOS ANIMAIS NOS ESPAÇOS DE ACESSO AO PÚBLICO

Art. 15 - Nos logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público a permanência dos animais somente será admitida quando adequadamente instalados para doação, venda, exposição, competição ou outra hipótese devidamente justificada, em todos os casos, mediante autorização do Órgão Sanitário competente.

JOAO PAULO
FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO PAULO
FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:20:55 -03'00'

PARÁGRAFO ÚNICO - Excepcionam-se as disposições deste artigo quando se tratar de cães-guias de pessoas deficientes visuais e de animais utilizados pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros ou outra corporação de utilidade pública.

Art. 16 - O trânsito de cães pela via pública somente será permitido se o animal estiver:

I - Usando coleira e guias adequadas ao seu tamanho e porte;

I - Tratando-se de cão de grande porte, portando coleira atrelada a uma corrente para o controle dos movimentos do animal e manuseio pelo respectivo condutor;

III - Uso de focinheira, quando se tratar de cães perigosos ou quando se tratar de qualquer animal cujo comportamento revele indocilidade ou potencial de agressividade;

Art. 17 - O trânsito pela via pública de animais de tração será admitido, na forma de regulamento, quando provido dos necessários equipamentos, meios de contenção e conduzidos pelo proprietário ou responsável com força física e habilidade para controlar os movimentos do animal.

PARÁGRAFO ÚNICO - É de responsabilidade do proprietário o recolhimento dos dejetos fecais equinos e bovinos que, sob qualquer forma, forem conduzidos em via ou logradouro público, sob pena de aplicação de multa.

Art. 18 - Fica proibido dar banho em cavalos, bois, vacas e animais similares em vias, logradouros públicos ou em qualquer ambiente urbano que não seja destinado e devidamente licenciado para tal finalidade, sujeitando o infrator às penalidades previstas nesta Lei.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 - O Município poderá, por meio de convênio celebrado com entidades que tenham como finalidade a proteção de animais, regularmente constituídas e que atuem no Município, delegar algumas das ações especificadas nesta Lei que não exijam o uso do poder de polícia, especialmente a fiscalização e atribuições de multas, ficando a entidade conveniada com a obrigação de prestar contas de sua gestão toda vez que lhe for exigida.

Art. 20 - Os recursos oriundos da aplicação de pena pecuniária por descumprimento desta Lei constituirão um Fundo Especial de Proteção Animal, destinado às ações de controle populacional, tratamento veterinário, vacinação e proteção dos animais.

Art. 21 - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto as disposições desta Lei para o seu fiel cumprimento

Art. 22 - As despesas com a aplicação desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento dos órgãos incumbidos da sua execução, suplementadas se necessário.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOAO PAULO

FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO
PAULO FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:21:08 -03'00'

Gabinete do Prefeito Constitucional de Barra de São Miguel - PB, 25 de Novembro de 2025.

JOAO PAULO

FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO
PAULO FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:21:20 -03'00'

João Paulo França
Prefeito Constitucional
Barra de São Miguel - Paraíba

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Barra de São Miguel – Paraíba, 25 de Novembro de 2025

JOAO PAULO

FRANCA:04209175439

Assinado de forma digital por JOAO
PAULO FRANCA:04209175439
Dados: 2025.11.25 17:21:30 -03'00'

João Paulo França – Prefeito Constitucional